



DOSSIÊ



Pluralizando o gênero e desestabilizando as normas inteligíveis através de uma “leitura diferente”

José Ariosvaldo ALIXANDRINO, *Universidade Estadual de Goiás*

Ariovaldo Lopes PEREIRA, *Universidade Estadual de Goiás*

Este artigo aborda a diversidade e pluralidade de performances de gênero, fazendo um contraponto à crença dominante de que há apenas uma possibilidade de performance, aquela baseada na cis-heteronormatividade, o que torna as formas “diferentes” de performar gênero invisíveis ou minorizadas. As pessoas que performam identidades de gênero fora do padrão de “normalidade” não têm reconhecido o direito de assumir suas identidades fora da norma cis-heteronormativa. As identidades de gênero aceitáveis ainda são as que estão de acordo com discursos identitários inteligíveis, ou seja, a cis-heteronormatividade é o modelo. O que estiver em desacordo com essa matriz de inteligibilidade não terá reconhecimento. Logo, o que transgredir a base normalizadora, que é a cis-heterossexualidade compulsória, estará sujeito a sanções sociais que da invisibilidade, passando pela minorização, até a punição por meio de violência física e/ou simbólica. Postulamos a necessidade de se pensar o gênero num viés crítico, para que as pessoas possam conhecer e se posicionar de forma consciente e ativa frente aos pré-conceitos da sociedade. Dentre as formas possíveis de reflexão apontamos algumas leituras literárias que problematizam as matrizes inteligíveis cis-heteronormalizadoras e, assim, abrem espaço para se questionar essa normatização, reconhecendo e legitimando as identidades de gênero que a transgridem.

PALAVRAS-CHAVE: Performances de Gênero. Literatura. Transgressão. Cis-heteronormatividade. Inteligibilidade.



Introdução

Viver a e na diversidade constitui um desafio e apresenta riscos, em uma sociedade em que a norma é baseada em valores patriarcais e fundada na ideologia hegemônica da cis-heteronormatividade compulsória. Isto se dá, muitas vezes, em função do desconhecimento da complexidade que é o ser humano. O desconhecido gera insegurança, desconforto e, em casos extremos, reações violentas – sejam psíquicas ou físicas – contra o que é “diferente”, “anormal”, “estranho” e até “monstruoso”.

Constantemente circulam nas diferentes mídias, notícias de casos de violência psíquica ou física em face de manifestações de intolerância e preconceito, em todos os ambientes sociais, além dos muitos que são silenciados e omitidos. Essa violência pode ser motivada pela cor da pele, pela expressão cultural, pela prática religiosa e, em grande parte, pela orientação sexual, uma vez que a sexualidade possui papel central numa sociedade cujos valores moralistas manifestos por discursos moralizantes se sobrepõem a outros aspectos da vida social. Nessa sociedade, as construções sociais de gênero e sexualidade são embasadas na cis-heteronormatividade e as identidades sexuais e de gênero que transgridem esses padrões sofrem agressões verbais, psicológicas e até físicas por não se adequarem à norma dominante. Diante dessa realidade desafiadora, numa perspectiva de educação libertadora e socialmente engajada, entendemos que a escola, por seu papel de grande importância na constituição de uma sociedade, deve ser um espaço onde a diversidade seja vivenciada, respeitada e celebrada, a fim de formar cidadãos e cidadãs capazes de conviver na sociedade com o “diferente” e de se opor a atitudes de discriminação, preconceito e intolerância.

Os sujeitos minorizados, mesmo estando presentes em todos os ambientes, não têm respeitado seu direito básico de serem reconhecidos como cidadãos e cidadãs, assumindo suas identidades de gênero. Em face disso, sentem-se desconfortáveis, visto que a constituição social é institucionalizada e normalizadora com base em matrizes cis-heteronormativas. Esses sujeitos, portanto, não se veem representados nessa sociedade como ela é estruturada.

As performances de gênero aceitáveis ainda são aquelas que estão de acordo com as identidades inteligíveis, que instituem e mantêm as relações coerentes do sexo binário, com papéis bem definidos,



limitados às convenções sociais que os relacionam ao sexo biológico. Para Butler (2013, p. 38), “a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”. Sendo assim, há uma matriz identitária de gênero a ser seguida. Essa matriz inteligível é o que se institui como o “normal” – correto, aceito e natural – para as performances de gênero. O binarismo cis-heteronormativo determina as normas que “instituem e mantêm as relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2013, p. 38). Assim, as identidades transgressoras e desestabilizadoras, que estão em desacordo com essas normas constituídas e institucionalizadas que regem a sociedade, ou são excluídas, negadas e invisibilizadas, ou são rechaçadas e agredidas. Essas pessoas não se veem nessas matrizes, não tendo, portanto, representatividade na sociedade para poderem viver de maneira digna e humana.

Partindo desses pressupostos e tendo em vista a premência de se buscar meios de superação de situações de injustiça e violência física e simbólica geradas pela não aceitação da diversidade identitária no campo das performances de gênero, ressaltamos a importância da inclusão de leituras literárias não hegemônicas na escola, embora – e por isso mesmo – sejam vistas como marginais, deslocadas, transgressoras. Essas leituras podem questionar as matrizes inteligíveis da cis-heteronormatividade ao evidenciar as diversas performances que as identidades de gênero podem assumir. Profissionais da educação lidam frequentemente com sujeitos cujas identidades se expressam em diversas performances de gênero. Então, a escola, ao oferecer um ensino crítico e problematizador, pode proporcionar uma formação que leve em conta essa diversidade identitária.

Nessa perspectiva de reflexão, propomo-nos, neste artigo, a problematizar essa realidade aqui exposta trazendo exemplos de três obras literárias que apresentam diferentes possibilidades de se performar as identidades de gênero: *O menino que brincava de ser*, de Georgina Costa Martins (Divisão Cultural do Livro, 2000), *Bom dia todas as cores*, de Ruth Rocha (Quinteto Editorial, 1998) e *George*, de Alex Gino (Galera Júnior, 2016). Nesses três livros, observamos uma problematização das concepções ligadas ao gênero binário e suas correlações, por meio de personagens cujas identidades estão deslocadas, desestruturadas, desconstruídas em relação às normas



criadas a partir de uma matriz cis-heteronormativa predominante e imposta como única e ‘natural’. Dessa maneira, as performances assumidas pelas personagens não estão de acordo com a matriz de inteligibilidade de gênero.

Buscamos, por meio do diálogo entre as teorias apresentadas e obras literárias citadas, mostrar como se dá essa problemática identitária de gênero e as performances não inteligíveis que as personagens assumem e que causam estranhamento, uma vez que não se enquadram na cis-heteronormatividade.

Desconstruindo as identidades inteligíveis

O conceito de identidades inteligíveis, embora seja estabilizador do sexo, do gênero e da sexualidade, suscita questionamentos, pois existem identidades de gênero que não se veem ou não se reconhecem dentro dessa norma de inteligibilidade cultural estabelecida por essa matriz. Isso porque sujeitos podem ter diferentes performances de identidades de gênero, ou seja, um corpo masculino ou feminino pode performar outros gêneros deslocados e difusos que não necessariamente estão dentro dessa inteligibilidade e, assim, transgredir essa norma estabelecida.

A transgressão não é vista com naturalidade, pois as identidades reconhecidas, bem vistas, aceitas e “naturais” são as cis-heteronormativas. Conforme explana Foucault (2017, p. 7), “o casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar”. Seguindo essa lógica, reforça-se a ideia de que não se pode dar espaço às sexualidades “ilegítimas”. Aquele que quiser transgredir, que se manifeste em outros lugares, excluído e isolado, ou se adeque à cis-heteronormatividade, pois tudo o que não se enquadrar nesse padrão, torna-se ilegítimo, não natural, “anormal”, logo, só pode ser vivido de maneira silenciosa, oculta e em outro lugar.

Diante disso, observa-se uma institucionalização de normas inteligíveis. As relações de poder e as leis culturais estabelecem o significado da sexualidade, determinam as normas de conduta, regulam os corpos e seus desejos e controlam as identidades. Assim, homem e mulher, macho e fêmea, devem ajustar-se aos moldes binários, ou seja, a apenas um modelo de masculinidade e de feminilidade. Desse modo,



a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “masculino” e “feminino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir”. (BUTLER, 2013, p. 39, grifos no original).

Nessa visão de mundo e de sociedade, não se admitem performances diversas de gênero, visto que o masculino e o feminino devem obrigatoriamente assumir suas respectivas identidades estabelecidas e “naturalmente” construídas, a matriz inteligível. Consequentemente, a performance de gênero que transgredir esse binarismo é considerada ilógica por apresentar falhas e desvios e, assim, não significa o “correto”, que é a cis-heterossexualidade compulsória.

Essa matriz é algo complexo, visto que a genealogia do gênero, da identidade, é difusa e múltipla. Buscar essa origem não é algo fácil e o que se percebe socialmente é o seguimento da ordem inteligível, que se impõe como modelo. O gênero segue essa norma cis-heterossexual. Assim,

a crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. (BUTLER, 2013, p. 9).

A heterossexualidade compulsória ocupa o lugar central e a posição hegemônica e se recusa a debater as origens do gênero, essa categoria que é difusa e múltipla e, portanto, deveria ser questionada e problematizada. Então, a cis-heteronormatividade é que dita o direito de falar, produz as normas e determina as performances autorizadas. Nessa lógica, as identidades devem e precisam ser inteligíveis. O que for “subversivo” é uma desordem que, obrigatoriamente, para ser reconhecida necessita adequar-se à matriz de inteligibilidade. Conforme Borba (2014, p. 444), “ou se é homem ou se é mulher, sem espaços para contradições, deslizamentos e áreas borradas. É precisamente como essa dinâmica de classificação, de construção e manutenção de binarismos”.

Há, ademais, uma classificação que se dá por conta dessa visão binária presente na sociedade que reflete uma heterossexualidade



compulsória marcada pelo falocentrismo, em que a superioridade masculina dita e controla as regras sociais. De acordo com Butler (2013), a supremacia masculina institui-se como natural, inquestionável, normal ao homem (pênis-força-física-dominação-heterossexualidade) em relação à mulher (vagina-passividade-submissão-fraqueza-heterossexualidade). Para que se possa desconstruir essa institucionalização binária, é preciso problematizar essa construção inteligível, pois

as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte mais ampla de um processo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2019, p. 9, grifo no original).

Assim, a referência à matriz de inteligibilidade deve ser colocada em xeque, visto que as identidades modernas transgridem e desestabilizam o molde biológico. O corpo sexuado, masculino, feminino ou não-binário pode assumir distintas identidades, de acordo com as construções sócio-históricas de cada cultura. Os corpos, independentemente do sexo, performam livremente, sem fronteiras ou limites.

Conforme Silva (2019), os corpos, ao afirmar e vivenciar novas performances, questionam a posição privilegiada das identidades eurocêntricas e hegemônicas. Nesse sentido, identidade, diferença e gênero são produzidos e devem ser celebrados e problematizados, uma vez que “as identidades sexuais também estão mudando, tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações que podem ser descritas em termos de uma crise de identidade” (SILVA, 2019, p. 32).

Pensando dessa maneira, se desestabilizam e se problematizam as identidades, uma vez que elas não são fixas e não se restringem aos modelos hegemônicos. Portanto, as identidades de gênero assumem performances diversas, ou seja, “a etnia e a raça, o gênero, a sexualidade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação” (SILVA, 2019, p. 32).

A vida moderna exige novos olhares, novos pensamentos em relação às identidades sexuais e de gênero. As normas inteligíveis de



identidades estão constantemente sendo questionadas, visto que são múltiplas as tensões em torno delas. Essas indagações ocorrem porque se constroem padrões de identidades a serem seguidos e quem estiver em desacordo com essa inteligibilidade pode ser constituído como anormal, estranho ou desviante. Desconstruir essas normas é algo complexo, visto que cada cultura

tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos proporciona os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. (SILVA, 2019, p. 42).

Nessa perspectiva, questionar e problematizar esses padrões de inteligibilidade gerará muitos conflitos, visto que cada cultura produz e constrói significados, hierarquias e classificações. Isso gera exclusão e marginalização, porque todos devem seguir essas normas institucionalizadas. Assim é em relação às identidades de gênero: as que não estiverem de acordo com as normas inteligíveis cis-heteronormativas serão desqualificadas, marcadas e excluídas.

Conforme Silva (2019), os sistemas sociais produzem essas estruturas binárias, estruturas inteligíveis. As instituições classificam e dão sentido a uma ordem social. Uma significação “correta” deve ser mantida: ou se é homem, ou se é mulher. Mas isso precisa ser problematizado, visto que as identidades estão mudando, “tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações” (SILVA, 2019, p. 32). Na modernidade, é preciso ter um olhar diferenciado para as distintas performances identitárias e desconstruí-las como “estranhas” ou “desviantes”. Elas são distintas, “são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições” (SILVA, 2019, p 33).

A literatura como ferramenta de uma educação transformadora

A literatura, como expressão artística da vida, é uma necessidade humana e essencial a todas as sociedades. O ser humano necessita dela por ser um importante meio de expressar fatos da vida, crenças,



tradições, enfim, as culturas. Ela é humanizadora, ajuda a compreender melhor o mundo, entendê-lo, problematizá-lo. Ela está presente na vida humana desde os nossos antepassados, e é fundamental para a formação do sujeito contemporâneo, visto que, por meio dela, pode-se conhecer a sociedade plural, distinta e versátil na qual vivemos.

A literatura é uma ótima ferramenta na formação da personalidade e no desenvolvimento cognitivo dos sujeitos. As obras literárias sempre trazem ensinamentos destinados à educação de crianças, jovens e adultos. Assim, percebe-se que

o texto literário preenche uma função pedagógica, associando-se muitas vezes à própria escola, seja por semelhança (convertendo-se no livro didático empregado em sala de aula) ou contiguidade (o livro de ficção que exerce em casa a missão do professor, como nas narrativas de cunho histórico de Viriato Correia e Érico Veríssimo, ou informativo, em Monteiro Lobato). (ZILBERMAN, 2003, p. 207).

Em razão de o texto literário ter sido por muito tempo considerado pedagógico devido a apresentar conceitos que problematizam o certo e o errado, apresentando uma lição de moral contextualizada, Antonio Candido (2003) reafirma que ele humaniza as pessoas ao lidar com suas representações, consciente e inconscientemente. A literatura, portanto, é indispensável à formação humana e, na infância, tem o papel fundamental de fazer a criança questionar, conhecer o mundo, adquirir valores. As instituições de ensino proporcionam formação e sociabilização através da leitura literária. Esta, por sua vez, pode tornar-se um importante instrumento para a erradicação de atitudes de discriminação, preconceito e intolerância, tão persistentes e comuns na sociedade.

Entretanto, não basta apenas fazer uso das palavras para produzir literatura, ela precisa ter verossimilhança social. A palavra é a representação do ser humano, cheia de ideologia, isto é, uma linguagem em sua totalidade cheia de significados. Na concepção de Candido (2003), ela é uma transfiguração do real. Compreende um universo de simbolizações que se situa em comunicação com as crianças. Sendo assim, os educandos/ e as educandas, desde o início da vida escolar, precisam estar em contato com essa arte, ouvir histórias, interagir com os livros e com a leitura. A literatura é, portanto, uma excelente ferramenta pedagógica. Como agente de conhecimento, ela proporciona à criança o questionamento de valores sociais. A arte da leitura em sala de aula abre os espaços cognitivos do leitor. Os livros infantis carregam



ideologias implícitas de valores e representações do mundo. A leitura possibilita questionamentos dos padrões hegemônicos. Ela também

está relacionada ao desenvolvimento da linguagem. Por meio do ludismo e das linguagens simbólica, imagética e verbal, a criança entra em contato com uma série de estímulos que vão auxiliá-la em seus processos de aprendizagem e em sua formação como um todo.

A literatura se vincula ao contexto social; assim, a educação precisa contribuir com a formação de sujeitos críticos, numa sociedade tão diversificada, a fim de que esses possam compreender os diferentes contextos para significá-los e transformá-los, pois

o homem (*sic*) participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 1992, p.112).

Literatura é socialização, é interação, é esse dialogismo argumentado por Bakhtin. É fundamental que a criança tenha contato com o texto literário, pois este contribuirá com a formação de sua personalidade e oportunizará a percepção de várias possibilidades de viver, levando-a a tirar suas próprias conclusões.

O ser humano se desenvolve e se realiza integralmente por meio da consciência cultural. E, nesse caso, precisamos compreender a relevância da literatura para os seres em formação, já que ela é, entre as diversas manifestações da arte, a que age de maneira mais profunda e duradoura para divulgar e dar forma aos valores culturais de uma sociedade ou civilização. (FACCO, 2009, p. 162).

Os aprendizes e as aprendizes necessitam ter esse contato com a literatura e, nas unidades educacionais, professores e professoras devem incentivar a leitura, criando estratégias e orientando o processo de formação de leitores e leitoras, pois o ato de ler não representa apenas decodificação. É fantasia, compreensão, construção de significados e (re)significação. De acordo com Lajolo (2002), cada leitor e leitora entrelaça o significado pessoal de suas leituras de mundo com os vários significados que encontra ao longo da história de um livro.

Isso é essencial porque, numa sociedade diversificada, leitores e leitoras precisam ser capazes de duvidar, investigar e problematizar as diferentes verdades, aprender a conviver e respeitar as diferenças, refletir sobre as ações e relações existentes naquela sociedade. Por isso,



evidencia-se que a literatura, na formação da sociedade, é um meio possível para que os sujeitos possam conhecer e respeitar as diferenças. Por intermédio dela, é possível formar pessoas críticas, autônomas e humanizadas, capazes de reconhecer-se e reconhecer o outro nessa sociedade tão heterogênea.

A educação literária tem a capacidade de subverter os valores normalizadores e alguns de seus desafios são: saber tecer, questionar, problematizar os diversos códigos e saberes sociais numa visão multifacetada, ressignificada. O texto literário não é fechado, ele será sempre ambíguo, pois cria infinitas possibilidades e reações diante das verdades sociais estabelecidas.

O texto literário é importante para a formação da criança. Além disso, também, de acordo com Candido (2003), por estar em fase de desenvolvimento da linguagem, a criança entra em contato com vários estímulos, por meio do lúdico e das várias linguagens, sejam elas símbolos, imagens ou enunciados orais. Tudo isso ajuda no processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Performances de gênero não inteligíveis em obras literárias

Diante das pontuações aqui feitas, entendemos que a literatura é fundamental para a formação humana, por isso é essencial que todos os sujeitos tenham acesso à leitura. Entretanto, nem todos os tipos de obras são apresentados e lidos nos contextos educacionais. Assim, por exemplo, livros literários que abordam questões de identidades de gênero sofrem resistência da sociedade e geralmente não são adotados nas escolas. Todavia, essa leitura “diferente” é fundamental para a formação de sujeitos críticos e questionadores, visto que ajudam-nos a perceber que as identidades de gênero podem performar não apenas a matriz inteligível. Existem sujeitos que assumem identidades que não estão de acordo com o que é pré-estabelecido como aceito e natural.

Em obras literárias que problematizam e questionam a hegemonia de uma matriz cis-heteronormativa e expõem as diversas possibilidades de se vivenciar as diferentes identidades de gênero e sexualidade, surge como personagem o sujeito *queer* – estranho, anormal, transgressor, descrito assim por Louro (2016, p. 7-8):



Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.

Conforme o pensamento dessa autora, as identidades que fogem aos padrões que não estão próximos das matrizes inteligíveis são reprovadas, questionadas e não são tratadas com o devido respeito, uma vez que são apontadas como anormais e, por isso, precisam ser moldadas e disciplinadas, não podendo assumir suas performances identitárias.

A escola tem a difícil tarefa de superar barreiras para diminuir o preconceito e efetivamente incluir o sujeito queer através de leituras desafiadoras e problematizadoras. Entretanto, esta não é uma tarefa fácil, uma vez que

mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modelo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico. (LOURO, 2016, p. 45-46).

Ao contrário do que se espera de um espaço de formação que forme cidadãos e cidadãs plenos/as e capazes de viver a diversidade, é evidente que a escola nem sempre, ou quase nunca, é um espaço de diálogo, ela não inclui o “excêntrico”, o “esquisito”, o “anormal” porque segue padrões pré-estabelecidos e hegemônicos que se impõem como único modelo a ser seguido, delimitando espaços, apontando modelos normalizadores. Isso porque, conforme Louro (2016, p.46), “a identidade masculina, branca, heterossexual deve ser, supostamente, uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável”. Sendo assim, as escolas assumem essa identidade como norma e reafirmam esse privilégio cis-heteronormativo como universal e natural. Quem for contrário ou estiver em desacordo com isso, será visto e rotulado como “diferente”, “desviado”, “estranho”, “anormal”.



Uma alternativa para debater e problematizar as identidades de gênero é a inclusão de obras literárias que abordem essa temática nos currículos escolares. Livros que mostrem não apenas sujeitos cis-heteronormativos, visto que as performances de gênero são múltiplas. Assim, a literatura, como parte da nossa cultura, não pode se limitar apenas à transmissão de valores estabelecidos, ela deve propor possibilidades e questionar as mudanças e variações culturais numa sociedade cada vez mais plural.

Essas possibilidades podem ser observadas em obras como *O menino que brincava de ser*, de Georgina Costa Martins (2000), *Bom dia todas as cores*, de Ruth Rocha (1998) e *George*, de Alex Gino (2016), nas quais se propõe uma problematização acerca das identidades de gênero quando, deslocadas, desestruturadas, as personagens assumem performances *queer* que não estão de acordo com a matriz inteligível de gênero. Assim, nessas obras a matriz cis-heteronormativa é desestabilizada, visto que as personagens assumem performances que não estão de acordo com as normas estabelecidas de identidade e gêneros aceitáveis. Conforme Silva (2019), elas são questionadoras, problematizam os binarismos masculino/feminino, heterossexual/homossexual. Isso ainda apresenta dificuldades, visto que

normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. (SILVA, 2019, p. 83).

Na maioria das obras literárias que integram os cânones tradicionais, as identidades são hierarquizadas, uma vez que se estabelecem modelos de identidades a serem seguidos e outros a serem evitados e rejeitados. Identidades *queer*, não inteligíveis, não são bem vistas ou aceitas. Por ser assim é que se faz necessário incluir, em contextos educativos, leituras literárias que problematizem a cis-heteronormatividade.

Nessas três obras literárias, as características das personagens colocam em questionamento o que é aceito como correto e adequado para um menino e para uma menina. As personagens desconstruem os



padrões de comportamento cis-heteronormativos, causando estranhamento e não aceitação social, uma vez que, conforme acentua Camargo (2012, p. 08), “a sociedade persiste na tentativa de controlar, vigiar e disciplinar os corpos, os desejos e suas práticas sexuais dentro de um padrão pré-estabelecido que alija todos aqueles que não se encaixam nele”. Sujeitos vistos como abjetos, que escapam da norma estabelecida como aceita e correta.

A obra *Bom dia, todas as cores*, de Ruth Rocha, conta a história de um camaleão que vivia mudando de cor para agradar os outros. Mas sua cor favorita era mesmo a cor de rosa. De tanto mudar de acordo com a preferência de seus amigos da floresta, chega um determinado momento em que ele se cansa e toma uma decisão fundamental: resolve assumir sua verdadeira vontade e desejo, sendo de fato cor de rosa. A autora deste livro é uma consagrada escritora brasileira, ganhadora de vários prêmios de literatura infantil no Brasil. É paulista, membro da Academia Paulista de Letras desde 25 de outubro de 2007, ocupando a cadeira n. 38. Formou-se em sociologia política. Dedicou-se também à tradução de vários livros infanto-juvenis, e auxilia na elaboração de livros didáticos.

O excerto a seguir é um trecho desta obra. Nele podemos observar como as personagens são construídas e as identidades de gênero baseadas na cis-heteronormatividade são desconstruídas e ressignificadas.

Por isso, no outro dia, Camaleão levantou-se bem cedinho.

– Bom dia, sol, bom dia flores, bom dia, todas as cores!

Lavou o rosto numa folha cheia de orvalho, mudou sua cor para a cor-de-rosa, que ele achava a mais bonita de todas, e saiu para o sol, contente da vida. (ROCHA, 1998, p. 33).

Neste trecho, observamos um Camaleão que não se encaixa nos padrões inteligíveis, seu corpo e seus gostos não são controlados pelas normas sociais de como ser homem e como ser mulher. Seguindo a lógica cis-heteronormativa, ele deveria gostar de verde, azul ou outra cor mais forte, uma cor “masculina”. O ser é socialmente constituído. Essas construções estão ligadas diretamente às questões políticas e de poder em que sujeitos precisam atender a uma demanda aceitável. Então, são regulados, devem obedecer a uma norma na qual



a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (BUTLER, 2013, p. 19).

A simples manifestação de preferência da personagem por uma cor específica – o rosa – traz para o leitor e a leitora, a problematização de uma questão que é, antes de tudo, política, uma vez que, no imaginário popular está arraigada a concepção de base ideológica de que azul é uma cor associada ao masculino e rosa representa o universo feminino. Essa ideologia é reproduzida cotidianamente como senso comum, ao ponto de se tornar “naturalizada” na sociedade patriarcal do ocidente, como no Brasil. É importante ressaltar que ideologias como esta estão presentes em discursos políticos de correntes conservadoras que reforçam a concepção binária de gênero, muito embora o próprio termo “gênero” seja rechaçado por essa corrente. Um exemplo recente desse movimento é o discurso de posse da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sra. Damares Alves que, ao tomar posse no ministério, afirmou que o Brasil mudaria dali em diante, porque agora “menino veste azul e menina veste rosa”. Esse tipo de discurso agrava ainda mais as situações de desigualdade, intolerância e aversão à diversidade, que já são tão marcantes na sociedade brasileira.

Observa-se, naquela passagem da obra de Rocha (1998), uma transgressão dessa ordem imposta a partir de um discurso ideológico que tem como finalidade reforçar estereótipos baseados em modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade e, assim, negar legitimidade a novas e diferentes performances de gênero e sexualidade que expressam identidades em constante transição (HALL, 2019) e, muitas vezes, ambíguas (SILVA, 2019). Vê-se ali, uma resignificação do sistema de classificação de coisas e de símbolos, o que mexe com estruturas sociais que dão a falsa sensação de segurança e ordem social.

A obra *O Menino que brincava de ser* é de autoria de Georgina Costa Martins, do Rio de Janeiro. É crítica literária, professora e executora de projetos literários infantis. O livro conta a história de Dudu, um garoto de seis anos que adorava brincar de ser. Mas era um ser “diferente”, em desacordo com a cis-heteronormatividade. Ele era do sexo masculino, porém, gostava de ser e representar personagens do sexo oposto, como princesa e principalmente bruxa. Seu pai e sua mãe ficavam preocupados com a situação. No entanto, Dudu queria continuar a ter o direito de brincar de ser e de sonhar. Nesta obra literária



encontra-se presente a temática da sexualidade não heterossexual. Da forma com que é tratado o tema, sugerimos a obra como leitura fundamental para se pensar os problemas e as distintas performances sociais de gênero, como explicita o excerto destacado abaixo.

— Onde já se viu menino vestido de bruxa?

Teve um dia em que Dudu acordou com uma vontade enorme de brincar de ser de verdade.

— Como assim, Dudu?

— Mãe, eu queria ser uma menina!

— Que é isso, meu filho? Você tá maluco?

— Não, mãe, é verdade, eu queria mesmo. (MARTINS, 2000, p. 6).

Nesse diálogo, ficam evidentes as preferências de Dudu por performances femininas. Ele foge totalmente do que é pré-estabelecido e natural. Não segue as normas inteligíveis constituídas de como ser menino. Deve, por sua vez, adequar-se à cis-heteronormatividade e seguir os moldes culturais aceitos.

A passagem apresenta com clareza uma possibilidade que é real na vida humana e que constantemente é negada e condenada: a transexualidade como forma de performance de gênero e sexualidade. Essa negação se baseia em sistemas de crenças que têm no binarismo cis-heteronormativo seus fundamentos e que se impõem como verdadeiros e como a única forma de interpretar e vivenciar o mundo, ou seja, a manutenção da “coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2013, p. 38).

As figuras do pai e da mãe, nessa obra, representam a sociedade como um todo, que detém para si o direito de controlar os corpos, os desejos, os comportamentos, as performances de identidades. E, assim, reafirmam a necessidade de se atender às normas estabelecidas, ou se estará desviando do que é “normal”, “natural” e “aceitável” numa sociedade na qual não há espaço para as sexualidades “ilegítimas”.

Essa reflexão nos faz retomar a asserção de Foucault (2017, p. 7), citada neste texto, de que “o casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar”. É exatamente isto que retrata o excerto aqui analisado: uma criança sem direito a voz e submetida aos discursos do pai e da mãe,



que determinam que a forma de viver do filho deve reproduzir as suas próprias. Ou seja, o casal é o modelo a ser seguido pelo filho, pois o pai e a mãe vivem de acordo com a norma e, portanto, sua visão de mundo é expressão da verdade.

A obra literária *George* foi escrita por Alex Gino, autor estadunidense de livros infantis, e nela as performances identitárias não inteligíveis também são problematizadas. Nesse livro, um assunto ainda mais transgressor é abordado – a transexualidade. George, personagem principal, nasceu menino, mas não se vê e nem se aceita de acordo com o seu sexo biológico. Sente-se menina e, assim, constitui-se em uma personagem transgênero. George enfrenta muitos problemas familiares e sociais. Desde pequenininha soube que era diferente: ela nunca gostou do nome masculino, das suas roupas sem graça, de ter que usar o banheiro masculino, e de tudo no seu corpo que a fazia lembrar o quanto era diferente das outras meninas. Se as identidades de gênero bissexuais ou gays causam estranhamento, o que dizer de uma performance transgênero? As identidades transgênero apresentam ainda mais conflitos e falta de entendimento e compreensão diante da diversidade identitária. Por isso é fundamental debater e incluir a leitura de obras não hegemônicas, que problematizam essa pluralidade de gêneros. Observemos um trecho do livro aqui citado.

– O que? Isso é ridículo. Você é menino. Quer dizer – ela apontou vagamente para baixo no corpo de George –, você tem um você sabe o quê, né?

– Tenho, mas... – George parou de falar e olhou para o chão. Chutou uma pedrinha, que quicou até um tufo de grama. Ela não se sentia menino. (GINO, 2016, p. 67).

Essa obra também desestrutura e desestabiliza a matriz cis-heterossexual de inteligibilidade, visto que George transgride a construção de gênero institucionalizada e aceita. Conforme Butler (2013), a heterossexualização institui a produção binária de ser “macho” e ser “fêmea” como formas fixas. As matrizes inteligíveis excluem outras possibilidades performativas diversas, identidades não fixas não podem existir, pois são consideradas desordem do gênero, uma vez que devem assumir apenas as performances cis-heteronormativas. A transexualidade é, talvez, a mais forte manifestação de transgressão da norma estabelecida, uma vez que contradiz e interpela todos os conceitos e normas pré-estabelecidos de gênero e sexualidade, principalmente em



sociedades de origem patriarcal em que valores religiosos fundamentalistas são cultivados e praticados.

O transexual, a transexual, desafiam a lógica vigente nas normas de conduta que regulam corpos e desejos e impõem modelos de comportamento e vivência em sociedade. Segundo esses modelos, a masculinidade está ligada aos instintos do “macho” heterossexual, seus desejos e formas de agir e se expressar, e a feminilidade se liga às sensações e à negação de manifestação de desejo sexual, visto que a sociedade valoriza o homem másculo, viril, forte e dominador, em contraste com a mulher submissa, frágil e dependente. Embora as sociedades modernas já tenham avançado muito nesse sentido, ainda permanecem alguns resquícios dessa concepção patriarcal que designa atributos que colocam em posições assimétricas homens e mulheres, machos e fêmeas (BUTLER, 2013).

Assim, a manifestação do desejo do menino de ser mulher ou, mais do que isso, sua afirmação de que se sente mulher, representa uma aberração, não só porque ele está “negando” o próprio sexo e, portanto, sua “natureza”, mas também, e principalmente, porque, ao se sentir como mulher, ele abre mão do papel de dominador e passa a assumir uma identidade cuja postura esperada é de submissão.

Enfim, podemos afirmar que nada é mais queer do que a transexualidade, pois essa identidade, que é política antes de mais nada, desestabiliza os conceitos, performa uma “sexualidade desviante”, desafiando “as normas regulatórias da sociedade”, assumindo em si mesmo, em si mesma, um desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do “indecidível”; a sua performance de gênero e sexualidade expõe na sociedade um “corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina”. (LOURO, 2016).

Os breves exemplos ilustrados pelos excertos de obras literárias, citados aqui, mostram que uma leitura literária não inteligível pode proporcionar e oferecer oportunidades para se discutir questões relacionadas às diferentes performances de identidade de gênero e sexualidade, além de quebrar paradigmas, desestabilizar e problematizar as normas.

Nossa compreensão é de que, ao optar por adotar obras como essas como opções de leituras em contextos educativos, a escola estará contribuindo para ampliar a visão de alunos e alunas, dando-lhes a oportunidade de problematizar a realidade e conhecer outras formas de



viver diferentes das que conhecem, ou mesmo de ver com naturalidade e respeito as diferentes performances de gênero presentes na própria escola.

É importante ressaltar, no entanto, que a forma como que essas leituras são conduzidas e as reflexões feitas a partir dos questionamentos suscitados vão definir o espectro da formação. Assim, é essencial que professores e professoras que se disponham a trabalhar com textos literários como esses, que transgridem a própria concepção dominante de que não se pode tratar de temas polêmicos e “desviantes” na escola, tenham uma formação que lhes possibilite lidar com esses temas de maneira a não contribuir para estigmatizar ainda mais essas personagens e, assim, incentivar ou reforçar a intolerância em seus alunos e alunas.

Considerações finais

Diante das reflexões propostas aqui sobre questões relacionadas às identidades de gênero, fica evidente o quanto é importante que se problematize a cis-heteronormatividade como única forma de manifestação de performance de gênero e sexualidade. Conforme Louro (2016) assevera, é preciso colocar a normatividade em questão, em debate, duvidar do natural, desconstruir, desconfiar dessa fabricação do sujeito normal, esse sujeito binário, “correto”. São múltiplas as manifestações de identidades de gênero, não existe apenas a cis-heteronormatividade. Essa diversidade, que dá sentido à vida humana e traz beleza para as relações sociais, nem sempre é entendida e vivida como algo positivo e necessário; ao contrário, constantemente é negada, evitada e até condenada, pois viver a e na diversidade é um grande desafio em uma sociedade em que os valores estabelecidos apontam para formas únicas de vida e visões maniqueístas da realidade condensadas a partir de ideologias impostas por instituições dominantes e hegemônicas.

Existe, conforme Hall (2019), uma ruptura do antes com o depois e o agora. Questões sobre identidade, gênero, poder, sexualidade e sujeito estão operando amplamente um processo de mudança que está deslocando, desestabilizando as estruturas e os processos sociais modernos e abalando os quadros inteligíveis que davam aos indivíduos uma ancoragem estável e binária no mundo social. Esse processo, com toda certeza, traz certo desconforto e provoca ansiedade e insegurança



em pessoas que não se sentem preparadas para vivenciá-lo. Tal despreparo ocorre em função de essas pessoas terem tido uma formação baseada em estruturas consideradas fortes, inabaláveis e imutáveis, numa sensação de uma falsa estabilidade, ou seja, numa concepção de mundo que não existe de fato.

Fica evidente que precisamos nos mobilizar e refletir, buscar novos olhares epistemológicos que sustentem e fortaleçam novos conhecimentos acerca do ser humano, para lidar com a diversidade nas diferentes dimensões sexuais, identitárias, sociais e afetivas. Esse desafio se impõe de forma ainda mais eloquente em sociedades em que o natural e desejável não é o diverso, o diferente, o novo, mas sim o velho, o instituído, o igual, o que não incomoda e nem desestabiliza.

Reis (2016) e Hall (2019) corroboram a ideia de que todos os sujeitos podem ser tratados mediante suas especificidades e necessidades, visto que na sociedade há uma pluralidade cultural. É nesse sentido que advogamos por uma sociedade mais justa, igualitária e equânime onde caibam “todas as cores” convivendo em harmonia. Essa sociedade só se construirá por meio da problematização de normas estabelecidas, do questionamento de padrões pré-definidos, da oposição a modelos hegemônicos embasados em relações de poder desiguais e desumanas. Só assim as diversidades sociais e culturais de raça, identidade e gênero terão lugar e serão compreendidas e respeitadas.

Acreditamos, conforme já expresse neste artigo, na capacidade que a literatura tem como instrumento poderoso na construção de saberes e valores e na desconstrução de modelos hegemônicos e baseados em relações de poder assimétricas, desiguais e injustas. Por meio da literatura é possível descortinar a realidade, mostrar as diversas maneiras de ler o mundo, de compreender o ser humano em sua complexidade, contemplar a beleza que é a diversidade humana, a pluralidade cultural do ser humano, suas diferentes formas de se ver, de ver o mundo e o outro, a outra.

Entretanto, cabe ressaltar, mais uma vez, que as leituras de obras literárias como as que aqui destacamos só serão construtivas e contribuirão para a formação humana de cidadãos e cidadãs abertos/as à diversidade e capazes de respeitar o outro e a outra com sua forma de viver, se forem conduzidas a partir de uma perspectiva crítica, reflexiva e inclusiva. Isso só é possível se tivermos professores e professoras conscientes de seu papel político, que cultivem e vivenciem valores



humanos e que não reproduzam atitudes de preconceito e intolerância em suas vidas e na prática docente. Por isso, a importância da formação como forma de preparar esses professores e essas professoras para atuarem como agentes de libertação e conscientização dos sujeitos com os quais atuam.

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 43, p. 441-474, Dec. 2014.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 6. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMARGO, F. P. Corpos ardentes, desejos latentes: configurações homoeróticas em Abjetos: Desejos de Antônio de Pádua Dias da Silva. *Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*. Volume 1. Número 1. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: www.abeh.org.br, 2010. Acesso em: 16 mai. 2020.

CANDIDO, A. *O direito à literatura e outros ensaios*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

FACCO, L. *Era uma vez um casal diferente: a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil*. São Paulo: Summus, 2009.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: A vontade de Saber*. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GINO, A. *George*. Tradução Regiane Winarski. 1. ed. Rio de Janeiro: Galera Júnior, 2016.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.



LAJOLO, M. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed.; 3. reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. 4. Reimpressão. Petrópolis RJ: Vozes, 2016.

MARTINS, G. C. *O Menino que gostava de ser*. 3. ed. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2000.

REIS, M. B. F.; LOPES, C. R. Educação e Diversidade: uma relação de alteridade nas práticas escolares. In: SUANNO, M. V. R.; FREITAS, C. C. de (Org.) *Razão Sensível e Complexidade na Formação de Professores: desafios transdisciplinares*. Anápolis: Editora UEG, 2016. p. 151-165.

ROCHA, R. *Bom dia todas as cores*. Ilustrações Alberto Llinares. 3. ed. – São Paulo: Quinteto Editorial, 1998. (Coleção Hora dos Sonhos).

SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.



Pluralizing gender and destabilizing intelligible standards through “different readings”

ABSTRACT: This article aims to reflect on the diversity and plurality of gender performances, making a counterpoint to the dominant belief that there is only one possibility of performance, the one based on cis-heteronormativity, making the 'different' ways of performing gender invisible or minorized. People who perform gender identities outside the established standard of normality, although they are present in all social spaces, have not recognized the right to assume their identities in terms of a social constitution that is institutionalized based on the cis-heteronormative norm. Acceptable gender identities are still those that are in agreement with intelligible identity discourses, that is, cis-heteronormativity is the model. In this way, what is at odds with this intelligibility matrix will not be recognized. Therefore, whatever violates the normalizing basis, which is compulsory heterosexuality, will be subject to social sanctions ranging from invisibility, through minority, to punishment through physical and/or symbolic violence. In this sense, we postulate the need to think about gender in a more critical way, so that people can get to know the subject better and position themselves more consciously and actively in face of the prejudices existing in cis-heteronormative patriarchal society. Among the possible forms of reflection, we point out, in this work, some literary readings that problematize cis-heteronormalizing intelligible matrices and, thus, open space to question this standardization, recognizing and legitimizing the gender identities that transgress it.

PALABRAS CLAVE: Gender Performances. Literature. Transgression. Cis-heteronormativity. Intelligibility.

José Ariosvaldo ALIXANDRINO

Possui graduação em Letras e pós-graduação em Educação Inclusiva. É funcionário público na rede municipal de ensino da Prefeitura de Goiânia e também na Prefeitura de Aparecida de Goiânia. Possui cursos na área de formação continuada, na área da educação infantil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Ariovaldo Lopes PEREIRA

Professor Titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, onde atua no curso de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, na Universidade de São Paulo (USP). É membro da Associação de Linguística Aplicada do Brasil – ALAB e líder do grupo de pesquisa Perspectivas Críticas em Educação linguística, Letramentos e Discurso, cadastrado no CNPq. Participa do Projeto Nacional de Letramentos: Linguagem, Cultura, Educação e Tecnologia, sediado na Universidade de São Paulo.